

QUALIDADE no ENSINO
Horácio Almendra
 horacio.almendra@iqe.org.br • www.iqe.org.br



Maria Helena Braga • mhelena.braga@iqe.org.br
 Maria Sidalina Gouveia • sidalina.gouveia@iqe.org.br
 Cristina Luiza Garbuio • cristina.garbuio@iqe.org.br
 Maria Teresinha Figueiredo • mteresinha.figueiredo@iqe.org.br
 José Gayoso • jose.gayoso@iqe.org.br
 James Zomighani • james.zomighani@iqe.org.br

Necessitamos de uma comunidade de ouvintes

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Professora Especialista em História
 Colaboradora convidada pelo IQE
 – Instituto Qualidade no Ensino

Primo Levi foi um químico e escritor italiano, judeu, que sobreviveu à experiência de Auschwitz, na Polônia. Em um de seus livros intitulado “É isso um homem?” tratou da desumanização de prisioneiros e membros da SS nazista, ambos marcados pela violência enquanto vítimas ou perpetradores. Nessa obra, chegou a relatar um sonho recorrente que o atormentava: nele estavam presentes seus amigos e parentes, a quem tentava contar sobre a experiência quase indizível dos campos de extermínio. Para seu espanto, enquanto tentava traduzir em palavras o seu sofrimento, as pessoas davam-lhe as costas e se

retiravam, ignorando a sua dor. Essa angústia de não ser ouvido o acompanhou até a sua morte, em 1987, quando se suicidou. Para Levi, quem não tinha estado em Auschwitz nunca conseguiria entrar no campo e quem lá esteve jamais teria conseguido sair.

Esta história é representativa de um drama social ainda presente, relacionado não apenas às tragédias vividas sob o nazifascismo, mas também ao histórico de países na África e na América Latina, marcado pelos regimes autoritários. O trauma promovido pelas perseguições políticas e violações dos direitos humanos, principalmente na segunda metade do século XX, permanece alimentado pelo esquecimento ou pela omissão por parte de quem não o experimentou pessoalmente. Carecemos de uma comunidade de ouvintes

disposta a compartilhar da experiência de pessoas submetidas ao exílio, à tortura e à perda de entes queridos; testemunhas de diferentes ditaduras que necessitam passar a limpo uma história que diz respeito a toda a humanidade e que, apesar das aparências, ainda não passou.

Neste momento, existem no mundo cerca de trinta comissões da verdade, criadas pela necessidade da sociedade civil de escutar testemunhos e conhecer ações contra a dignidade humana que, se não reconhecidas e rejeitadas, poderão se repetir no futuro, condenando as vítimas ao silêncio opressor e constrangedor, como aquele sobre o qual falou Levi. Uma das organizações pioneiras nesse sentido teve origem na África do Sul, criada por Nelson Mandela em 1995, com o objetivo de se julgar os crimes cometidos durante o regime do Apartheid (segregação política, territorial e social de negros e brancos, que existiu de 1947 a 1990).

Procurando a conciliação nacional, seus membros não defenderam o esquecimento, mas a realização de sessões públicas de depoimentos, realizadas em praça pública e televisonadas ao vivo, no sentido de garantir a democratização das informações. Em troca das revelações e das culpas assumidas, a população optou pela publicização de histórias e nomes, seguida de anistia aos perpetradores da violência e de reparação às vítimas pelo Estado.

As comissões têm a função de revelar “memórias subterrâneas” para que diferentes posições sobre o passado possam vir à tona e possam se confrontar de forma saudável, em busca de verdade e justiça. No caso do Brasil, a Comissão da Verdade existe desde 2012 e num prazo de três anos deve acessar documentos e possibilitar narrativas diferenciadas para democratizar o acesso ao conhecimento histórico, principalmente aquele ligado às torturas e aos “desaparecimentos”

durante a ditadura civil-militar (1964-1984), regime condenado pela Corte Interamericana em 2010, como promotor de crimes contra a humanidade.

A atuação de seus membros – convocando grupos opostos politicamente para falarem e trazendo à tona a questão da validade ou não da anistia (perdão) aos autores de violações – deve provocar a formação de uma comunidade de ouvintes capazes de julgar e aprender com seu passado histórico. No entanto, a discussão em torno das lições que a história pode nos oferecer em relação aos nossos erros e traumas não deve ficar restrita a comissões de intelectuais e juristas. A escola, enquanto espaço educativo e formador de cidadãos, deve contribuir para a ampliação do acesso à informação, da reflexão e do posicionamento dos jovens em torno de nossos traumas coletivos. Afinal, o passado só tem sentido se compreendido à luz de nossos anseios e experiências e se nos permitir entender a

história enquanto continuidade, projetando o futuro. Como diria o filósofo Walter Benjamin (outra vítima do nazismo), a história pode ser redentora se trouxer ao presente as feridas ainda abertas e a esperança de que elas possam ser curadas pelo aprendizado com os erros.

É justo que uma sociedade opte por esquecer o seu passado, que queira extirpá-lo de sua memória. Mas antes é preciso que se garanta o direito ao conhecimento, à verdade; que se mexa no dolo, na ferida, a fim de que se discuta amplamente o que pode ou não ser perdoado e o que deve ser sempre lembrado. Nesse sentido, a escola pode contribuir como um espaço para que o debate ocorra, criando uma comunidade de ouvintes capazes de se responsabilizar e entender que a dor do outro também pode ser sua. Só assim teremos a sensibilidade para não virarmos as costas e abandonarmos nossa história, como advertiu Primo Levi.